

## O Brasil e o PT após as eleições

De agora em diante. Vitória popular abre uma nova conjuntura.



César Ogata

**Vitória da força do povo.** Após as comemorações, momento de organizar a vitória política.

**Conquistas expressivas.** PT sai fortalecido de disputas estaduais.

### Nos estados, sinais de vitalidade

O PT conquistou cinco governos estaduais nas eleições de 2006, resultado superior ao de 2002. Além da reeleição em Piauí e Acre, o partido conquistou o governo de Sergipe, da Bahia e do Pará – esses dois últimos, numa extraordinária vitória diante das oligarquias coronelistas regionais.

No Rio Grande do Sul, o processo eleitoral foi caracterizado pela polarização social e política e pela recuperação surpreendente do PT no segundo turno. Apesar da derrota eleitoral, o partido reafirma-se como pólo da esquerda no estado.

Páginas 4 a 6



Ricardo Stuckert

A eleição de Lula para o segundo mandato presidencial significa a abertura de uma nova conjuntura no país, tendo como agenda central a superação do neoliberalismo. Abre-se uma nova oportunidade para o PT e o projeto democrático e popular.

A contraposição simbólica de projetos para o Brasil foi retomada especialmente com a denúncia do neoliberalismo, formulada pela campanha de Lula. O país viu-se frente a duas opções de desenvolvimento, ainda que abertas, dentro de cada uma, para definições.

O PT sai das eleições tendo reforçado seu caráter de partido de base majoritariamente proletária e popular. O bom desempenho eleitoral, o perfil dos votos no PT, bem como os rumos tomados pela campanha nacional, em especial, no segundo turno, desmentiram as teses de que o PT teria mudado sua base social e de que não mais serviria para a luta dos trabalhadores e do povo.

Páginas 3 e 7

**Reunião nacional sela unificação de DS e Coletivos Socialistas**

Página 2

**Desordem no império.** Eleições legislativas nos EUA impõem derrota a Bush.

### Integração solidária na América Latina ganha força

As últimas eleições nos EUA e na Nicarágua mostram um enfraquecimento do império de

Bush no continente. A rejeição da população estadunidense à estratégia militarista de Bush e a

vitória de Daniel Ortega na Nicarágua, com discurso de aproximação com Chávez e Fidel, são

expressões da crise no império.

Página 8

# Jornal Democracia Socialista nº 20

De volta à cena. Retomamos atividades em nova conjuntura.

Nosso **Jornal Democracia Socialista** volta a circular. E isso acontece numa conjuntura muito especial. A grande vitória de Lula e do PT nas últimas eleições abre as portas para que se desene um novo momento na conjuntura brasileira. Para uma corrente (e seu jornal) engajada na reconstrução socialista do Partido dos Trabalhadores, a melhor

notícia é o reencontro do PT com sua base social proletária e popular. Esse grande acontecimento ajuda a resolver os problemas de identidade do nosso partido e cobra de todas as correntes e militantes um novo ativismo partidário.

No cenário internacional, o imperialismo vê seus problemas aumentarem. A pequena e pobre

Nicarágua negou-se, depois de muito tempo, a sujeitar-se às ordens (e ao candidato) do império. Dentro dos EUA, cresce o mal-estar com Bush. Na Venezuela, a disputa se encaminha para uma forte vitória de Chavez, que vai se somar à do Brasil. Crescem as possibilidades de, no Sul do continente, desenvolver-se a solidariedade entre os povos.

"A força do povo", mote da campanha nacional petista, nos trouxe um tempo de boas possibilidades. É para esses debates que o **Jornal Democracia Socialista** pretende contribuir. Agradecemos pela compreensão de todos e todas pelo período fora de circulação, e retomamos nossas tarefas em meio a essa nova – e promissora – conjuntura.

## Mais fortes na disputa

Próximo passo. DS e Coletivos Socialistas realizam reunião de unificação.

No final de 2005, a DS lançou o documento "A Democracia Socialista e o PT". Nele, atualizamos nossa visão sobre o Partido dos Trabalhadores e propomos as diretrizes de uma agenda política de reconstrução partidária. Com base nesse documento e no resultado obtido pela candidatura do companheiro Raul Pont no Processo de Eleições Diretas (PED) do PT, iniciamos um debate com um conjunto de Coletivos Socialistas de atuação local e regional sobre a unificação numa mesma corrente nacional petista.

Nos dias 18 e 19 de fevereiro, fizemos nossa primeira reunião conjunta com um amplo debate de conjuntura internacional e nacional. No dia 25 de março, realizamos um Encontro Nacional, no qual mais um pas-

so foi dado: a constituição de uma coordenação comum, com a integração de representantes do Movimento Socialista (SC), da Alternativa Socialista (MG) e da Construção: Socialismo e Democracia (DF) na Coordenação Nacional da DS.

O 13º Encontro Nacional do PT foi um primeiro teste para essa unificação e apresentou resultados muito positivos. Através da nossa atuação conjunta no Diretório Nacional após o PED, contribuimos para a elaboração estratégica do partido. No encontro, defendemos mudanças no estatuto (no que diz respeito à contribuição financeira dos filiados) e uma política de alianças que privilegiasse o campo democrático e popular. Foi a partir dessas posições que aglutinamos em torno

do nosso campo um número expressivo de delegados e delegadas, que compartilharam conosco a defesa de propostas fundamentais relativas a uma agenda de reconstrução partidária e de reencontro do partido com sua base e sua história.

O processo eleitoral, mais recentemente, trouxe ainda mais vitórias para o nosso campo. Elegemos 7 deputados federais e 7 deputados estaduais, além de outros companheiros e companheiras que mantêm relações de muita proximidade conosco nos espaços partidários. A companheira Ana Júlia foi eleita governadora do Pará e cumprimos um papel importante na construção da vitória petista contra o carlismo na Bahia. No Rio Grande do Sul, onde temos uma presença importante,

o PT manteve-se como pólo político da esquerda.

Agora, nos dias 02 e 03 de dezembro, em São Paulo, a DS e os Coletivos Socialistas consolidam o processo de unificação com a integração orgânica da Alternativa Socialista, da Construção: Socialismo e Democracia e do Movimento Socialista na DS, em uma grande reunião nacional na qual debateremos a conjuntura pós-eleitoral e as perspectivas para o segundo governo e o próximo ano, quando teremos o III Congresso do PT.

Um conjunto de outros Coletivos que estiveram conosco ao longo desse processo continuarão a participar das nossas discussões e atuar conosco nos diferentes espaços do partido a partir de uma agenda de reconstrução partidária comum.

### Plenária CMS

A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) realizou uma plenária nacional no último dia 11 de novembro, em São Paulo. A plenária contou com a presença de mais de 120 representantes de 25 entidades nacionais e estaduais, entre elas, MST, CUT, Marcha Mundial das Mulheres, vindos de 14 estados brasileiros. Do encontro, tirou-se uma agenda comum de mobilizações e uma "Carta da CMS", que saúda a vitória de Lula nas últimas eleições, reafirma a autonomia dos movimentos e coloca-se do lado das mudanças necessárias para o Brasil.

Para isso, a CMS apresenta a unidade dos movimentos como elemento essencial para o fortalecimento das tendências de mudança observadas no cenário pós-eleitoral, e pretende continuar nas ruas e "não dar trégua" à política econômica conservadora.

### Diretório Nacional

A primeira reunião do Diretório Nacional do PT após o segundo turno das eleições nacionais está marcada para dias 25 e 26 de novembro em São Paulo. Em pauta, o balanço das eleições e as perspectivas do segundo mandato presidencial do partido; e o III Congresso Nacional do PT (data, convocatória e regimento); entre outros.

A resolução apresentada pela Executiva Nacional do PT, reunida em 6 de novembro, afirma que caberá ao partido "mobilizar a sociedade para levar adiante o projeto democrático e popular vencedor nas eleições. É preciso denunciar e derrotar a tentativa, patrocinada por setores da oposição e da mídia, de impor ao governo eleito a "pauta política" que foi derrotada nas eleições, bem como incidir na composição do governo".

## Nota do grupo Construção: Socialismo e Democracia.

O agrupamento que se constituiu em Brasília e que se denomina *Construção: Socialismo e Democracia*, veio se afirmando no Distrito Federal, tendo experimentado um crescimento e uma maior consolidação nos últimos quatro anos, em torno do mandato da Deputada Arlete Sampaio. Seu grande mérito foi, justamente, ter ultrapassado a dimensão de uma extensão do mandato para se transformar num grupo político. Mesmo diverso, sem a necessária homogeneidade política, mesmo sem todos os investimentos previstos em formação política, a CSD tem cumprido um importante papel no PT-DF,

na CLDF, no movimento sindical e na aglutinação de outros setores da esquerda do PT-DF.

Durante a preparação do PED, nos articulamos de maneira mais orgânica em torno da Chapa "Coragem de Mudar", encabeçada pelo companheiro Raul Pont, politicamente dirigida pela tendência Democracia Socialista. Posteriormente, por unanimidade, decidimos participar da proposta feita pela DS, no sentido de construirmos um novo campo político no Partido, visando à formação de uma tendência mais ampla, que agrupasse diversos grupos regionais, como o nosso.

No momento em que inicia-

mos a preparação do III Congresso do PT, mais do que nunca, torna-se vital a nossa organização integrada a um campo político nacional. Nesse sentido, a plenária da CSD, reunida em 11 de novembro de 2006, com a presença do dirigente nacional da DS, Joaquim Soriano, decidiu:

1. Integrar-se ainda mais organicamente ao processo de constituição de uma tendência tendo como núcleo a DS;

2. Envidar todos os esforços para trazer para este campo outros agrupamentos do DF, em particular, o MRS e o Deputado Paulo Tadeu, assim como estreitar relações com o agrupamen-

to em torno do Deputado Chico Leite, na perspectiva de, caso venha a se tornar possível, também integrá-lo neste processo;

3. Autorizar que os integrantes da coordenação da CSD, que voluntária e individualmente aceitem, possam, a partir desta plenária, integrar-se formalmente à DS, para assim, trabalhando de forma organizada, contribuir para a constituição definitiva da nossa tendência política, capitaneada pela Democracia Socialista;

4. Organizar uma agenda de debates que politicamente viabilize a plena integração dos membros da CSD a esta proposta.

### Democracia Socialista

Democracia Socialista é o jornal da Democracia Socialista, Tendência do Partido dos Trabalhadores, publicação do Instituto de Comunicação, Estudos e Formação Isaac Akcelrud

**Equipe editorial:**  
Nalu Faria, Caio Galvão, Carlos Henrique Árbere, Juarez Guimarães, Lúcio Costa, Robinson Almeida e Waldemir Catanho

**Editor:**  
Carlos Henrique Árbere

**Editora assistente:**  
Alessandra Terribili

**Projeto gráfico e diagramação:**  
Caco Bisol

**Jornalista Responsável:**  
João Brant - Mtb 33.748 DRT/SP

**Internet:**  
Marcelo Fragozo

**Fechamento:** 21/novembro/2006

### Assinaturas

Preencha a ficha ao lado e envie junto com cheque nominal para ICEF - IA.

Rua Albuquerque Lins, 635/91 - Sta. Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001.

Se preferir, faça depósito para ICEF-IA, Banco do Brasil, Ag. 3326-x, CC. 7680-5, CNPJ 04891401/0001-30 e envie os dados do cupom, juntamente com o comprovante, por e-mail ou fax.

Fone/Fax (11) 3666.5550 e 3667.3476.  
contato@democraciasocialista.org.br.

Visite a página da DS

www.democraciasocialista.org.br

### JORNAL DEMOCRACIA SOCIALISTA

MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA:  NORMAL: 50,00  APOIO: 100,00  APOIO: 150,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CEP:

CIDADE:

UF:

FONE:

E-MAIL:

# Uma nova conjuntura nacional

**Pós-neoliberalismo. Vitória pode desatar movimento de superação.**

A eleição de Lula para o segundo mandato presidencial significa a abertura de uma nova conjuntura no país, tendo como agenda central a superação do neoliberalismo. O que define esse novo momento é o movimento geral de idéias e forças sociais desatado pela disputa eleitoral. Abre-se uma nova oportunidade para o PT e o projeto democrático e popular.

O confronto eleitoral revelou a intensa politização dos processos eleitorais no Brasil e reforçou a polarização social. A contraposição simbólica de projetos para o Brasil foi retomada especialmente com a denúncia do neoliberalismo (e não só das privatizações) formulada pela nossa campanha nacional. O país viu-se frente a duas opções de desenvolvimento, ainda que abertas, dentro de cada uma, para definições.

A crise ideológica do neoliberalismo refletiu-se na candidatura do PSDB. Apesar de contar com os grandes grupos de comunicação, que se transformaram em porta-vozes do neoliberalismo e do ataque generalizado ao PT, o PSDB saiu derrotado nacionalmente. Foi incapaz de defender a herança programática de FHC e de apresentar um perfil crível para um futuro governo. Sofreu a desmoralização de obter, no segundo turno, menos votos que no primeiro (uma perda de 2,5 milhões de votos, vendo Lula crescer cerca de 12 milhões de votos). Essa situação está relacionada com a série de fracassos eleitorais do neoliberalismo na América Latina. Mesmo assim, o PSDB manteve os governos estaduais de Minas Gerais e São Paulo e conquistou o do Rio Grande do Sul.

A campanha do PSOL teve perfil udenista e fez com que disputasse votos à direita do eleitorado. Enquanto priorizou ataques a Lula e ao PT, Alckmin era poupado. Confirmando sua incapacidade política para ser um pólo de esquerda, o PSOL sequer apresentou um programa de governo. No segundo turno aprofundou seu isolamento das bases dos movimentos sociais ao adotar uma atitude sectária e autoritária.

A candidatura Lula expressou, ao mesmo tempo, as potencialidades de superação do neoliberalismo e os limites da experiência de governo. Ela buscou explicitamente colocar-se como portadora de um projeto alternativo ao neoliberalismo, como representante dos movimentos sociais e da população trabalhadora, e foi amplamente correspondida pelo voto popular. No entanto, ficou na defensiva na questão ética.



**A força do povo.** Festa na Avenida Paulista, em São Paulo, comemora a vitória de Lula.

## Recuperando 2002

**Outra história. Segundo Governo Lula tem melhores condições de enfrentamento.**

O quadro político de 2006 é diferente daquele de 2002. O primeiro Governo Lula impôs uma dura derrota eleitoral ao neoliberalismo, mas foi marcado por um processo desigual e limitado de transição para uma agenda de desenvolvimento, democracia e distribuição de renda. E, justamente por isso, por uma crise latente no interior

do campo social responsável pela conquista da sua primeira vitória.

O núcleo dos conflitos foi a política econômica desenvolvida na maior parte do governo. A execução do conjunto das políticas governamentais foi restringida. O PT perdeu bases sociais e sofreu uma derrota política nas eleições municipais de 2004.

Aquela orientação começou a ser mudada pela pressão social e pelo fortalecimento dos que defendiam uma condução econômica alternativa. Esse processo teve momentos decisivos quando da avaliação negativa do governo sobre a queda drástica do crescimento em 2005 e sobre a proposta de ajuste fiscal defendida pelo ex-

ministro Palocci. A "hegemonia Palocci" terminou antes da queda do ex-ministro.

O debate que devemos travar agora é sobre os caminhos da superação do neoliberalismo, a partir de bases sociais e políticas renovadas. Uma nova correlação de forças na sociedade deve emergir com o resultado político das eleições.

Se entendermos essa questão nos termos propostos por Marilena Chauí, isto é, como ética pública e não apenas como atributo dos atores políticos, estamos nos referindo ao conteúdo das transformações das instituições, à democratização do poder político. E, justamente nesse ponto crucial, a experiência do governo Lula foi muito limitada. Essa dimensão reduzida de mudança política fez par com os bloqueios verificados na ordem econômica. A vitória, nas circunstâncias em que se deu, permite recolocar como agenda a superação desse duplo limite.

### O segundo mandato

A conquista da maioria da sociedade para um segundo mandato do presidente Lula foi feita em nome de compromissos populares e do aprofundamento de mudanças iniciadas no primeiro mandato. O fato de essa vitória ter sido obtida em contraposição explícita ao neoliberalismo, de ter sido respaldada em uma forte base eleitoral popular e de vir acompanhada de importantes conquistas de governos estaduais coloca novas possibili-

dades para a superação dos equívocos e limites do primeiro mandato.

Também não estamos frente a uma crise como a de 2002/3, que, em grande medida, funcionou como justificativa para os elementos de continuidade da política econômica. A situação econômica brasileira hoje é melhor em vários aspectos do que a herdada de FHC, embora ainda permaneça o poder do capital financeiro em definir o ritmo de acumulação e de distribuição de renda, o que funciona como freio ao crescimento e à distribuição de renda.

Assim como foi na campanha do segundo turno, também na construção e implementação do segundo mandato, é necessário que se combinem duas mudanças de atitude: de um lado, o governo deve acenar com uma plataforma de mudanças que dialogue com as aspirações dos movimentos sociais e das maiorias; de outro, os movimentos sociais devem politizar sua atuação, construindo um bloco social e político que pressione pela superação do neoliberalismo. O papel dos partidos de esquerda

— e do PT, em especial — é insubstituível para viabilizar esse salto nas condições para disputar os rumos da conjuntura nacional.

### Com qual programa

Para que a definição do novo governo, sua composição e seu programa efetivo, sejam expressão de avanço de conquistas populares, é preciso uma plataforma de ações afirmativas da vitória e uma composição de forças que faça jus às forças populares. Devemos, de outro lado, compreender que as forças e instrumentos da direita já começaram a atuar para condicionar o segundo mandato, e que há sempre o risco de surgirem setores, dentro da coalizão vitoriosa, que busquem conter ou mudar o curso da dinâmica política e social surgida a partir da vitória eleitoral.

A reforma política é uma das principais iniciativas para isso. Além dos elementos de democratização da política representativa (eleição por lista partidária fechada, financiamento público, fidelidade partidária), devemos acrescentar o orçamento público participativo — na verdade, um

programa de democracia participativa, que, em grande medida, não depende de mudanças na legislação e podem ser desencadeadas pelo próprio executivo.

A questão econômica central é a ampliação do controle público sobre a gestão financeira do Estado. Dela depende a relação com os bancos, o ritmo do desenvolvimento e da distribuição de renda. Essa iniciativa implica em assegurar na direção da área econômica (incluindo o Banco Central) uma composição de equipe e de diretrizes coerentes, de modo a reduzir o poder do capital financeiro e das forças da globalização capitalista.

O plano social envolve mais que ampliar os programas sociais. Implica em reformas capazes de mudar o quadro de desigualdade social e de concentração de renda e de poder, que não muda somente em decorrência de outras políticas necessárias, como a reforma política e o crescimento econômico. Assim, reformas como a agrária (que também tem um sentido econômico), a urbana e a redução da jornada de trabalho, entre outras, são fundamentais.

# A Bahia de todos nós

Fim de uma era. Coligação encabeçada pelo PT obtém vitória histórica.

A vitória do PT na Bahia tem um significado histórico. A conquista do governo amplia a base institucional de apoio ao segundo mandato de Lula e impõe uma derrota à mais importante oligarquia regional, que sobreviveu com muito poder após o processo de redemocratização do país, articulando um dos pilares da direita brasileira. O PFL perdeu o governo, uma vaga no senado e teve diminuídas suas bancadas parlamentares, enfraquecendo suas lideranças e o movimento anti-Lula que comandava.

A campanha pode ser comparada a um movimento cívico por renovação política, que desaguou numa vitória de 1o turno, para a maioria, inesperada e surpreendente, com mais de 600 mil votos de frente e em 60% dos municípios baianos. Há, entretanto, várias razões para explicar a virada eleitoral do PT.

Durante 40 anos, com uma breve interrupção provocada pela vitória de Waldir Pires em 1986, erigiu na Bahia um sistema político oligárquico baseado na liderança "mão de ferro" do Senador ACM. O controle absolutista sobre o aparelho do estado, a coerção estatal sobre a atividade econômica, a repressão aos movimentos sociais, a ação patrimonialista no exercício do poder, o monopólio dos meios de comunicação e a influência nos governos federais anteriores a Lula, sustentavam a dominação carlista. Esse modelo, que colocou a Bahia entre os estados com piores indicadores sociais do país, ruiu nas urnas em 2006, mas o seu declínio já era evidente.

Nas eleições de 2004, em Salvador, a vitória de 2o turno de João Henrique (PDT) com 75% dos votos já anunciava a saturação do modelo. No judiciário, foi desenvolvido, nos últimos anos, um movimento pela autonomia que levou à sua presidência juízes não atrelados. Dentro do PFL baiano, foi aberta uma disputa pública liderada pelo atual governador Paulo Souto. No governo Lula, apesar das vacilações do primeiro momento, o carlismo situou-se na oposição. Registrem-se também os episódios dos grampos telefônicos, da fraude no painel do senado e da mudança do nome do aeroporto de Salvador de "2 de julho" para "Luis Eduardo Magalhães", símbolos negativos do coronelismo.

## Um novo começo

O balizamento anti-Lula do PFL, pautando o debate da éti-



Anti-coronelismo. Jaques Wagner e Lula durante comício em Salvador.

ca, com agressões e xingamentos ao presidente no congresso nacional, e o apoio ao candidato tucano Alckmin definiram a polarização. Por outro lado, as ações do governo Lula na Bahia, com alto índice de aprovação, incidiram diretamente nos principais bolsões de pobreza, principal base eleitoral do PFL. As disparidades sociais no estado são tão gritantes que o programa Bolsa Família beneficiou 1,4 milhões de baianos, mais de 10% do atendimento nacional. A associação

de Wagner a Lula e a defesa do projeto nacional deram o tom da tática eleitoral da coligação "A Bahia de Todos Nós".

Foi montada uma aliança ampla, com nove partidos (PT, PC do B, PSB, PV, PPS, PMN, PMDB, PTB e PRB) e com o apoio informal de segmentos expressivos do PSDB e do PDT. Essa frente heterogênea, com a participação de todas as forças de esquerda, de setores conservadores e de dissidências da oligarquia, foi soldada pelo sentimento de mudança

presente na sociedade baiana. A unidade da oposição baiana foi organizada em torno da alternativa política e programática que Wagner e o PT representavam.

O programa, importante elemento do combate político, estava assentado em três diretrizes. A republicanização, com ênfase no fim das "panelinhas" que privatizaram o estado; a democratização do governo, com o estímulo à participação popular e ao controle social; e um novo modelo de desenvol-

vimento econômico: diversificado, sustentável e incluyente.

O PT saiu do processo eleitoral com a convicção de que foi dado apenas um importante passo para instalar, de forma consistente e duradoura, uma nova hegemonia de caráter democrático e popular na Bahia. Não é tarefa para apenas um governo, para quatro anos, mas para um período histórico maior, no qual uma nova cultura política se estabeleça no cotidiano das instituições públicas e no interior da sociedade.

## As eleições no Rio Grande do Sul

Recuperação. Espaço conquistado no segundo turno demonstra capacidade política.

Raul Pont

No Rio Grande do Sul, Lula nunca perdera eleição presidencial. Por isso, a frustração com o Governo e com a crise de moralidade pública foi dura. Certamente, também, nenhum estado tem um monopólio de mídia tão marcadamente anti-petista como o Rio Grande do Sul.

Os interesses próprios dos partidos fizeram com que o bloco do Governo Rigotto rachasse. Apesar disso, esses partidos permaneceram no governo, guardando os cargos e apostando na reunificação do bloco no 2º turno. A presença de todos os partidos, com exceção de PT, PC do B e PSB, nos governos do estado e da capital reforçavam a tese de isolamento da esquerda e da manutenção da polarização política entre dois blocos partidários, que repetiria o ocorrido em 2002 e 2004.

Na disputa ao Senado, o favoritismo de Pedro Simon (PMDB) era alavancado pela di-

vulgação de pesquisas estimuladas que o davam como vencedor, quando, há um mês da eleição, 73% dos entrevistados afirmavam, na pesquisa espontânea, não terem candidato. A candidatura Rossetto era a mais forte opositora ao favoritismo de Simon e com reais possibilidades de crescimento.

Nesse momento, de campanha apática e até de desprezo generalizado pela política, somada à ausência de visual de rua, ocorreu o escândalo da tentativa de compra do dossiê anti-Serra. As consequências de mais essa crise foram desastrosas. A mídia encontrou o argumento que necessitava para voltar ao ataque. O conteúdo do dossiê, o caso das ambulâncias, o escândalo do financiamento da campanha interna de Garotinho, a "Operação Dilúvio" em Santa Catarina, tudo foi esquecido para centrar a crítica na compra do dossiê e na origem do dinheiro encontrado com dirigentes petistas.

### 2º turno polarizado

A escandalosa tendenciosidade dessa cobertura levou Lula a disputar o 2º turno e, no Rio Grande do Sul, a um prejuízo brutal para a chapa da Frente Popular, que por pouco chegou ao 2º turno. Yeda Crusius (PSDB), contrariando as pesquisas, venceu o 1º turno. Lula amargou uma dura derrota para Alckmin e Heloísa Helena alcançou 7% no estado.

Ao Senado, Simon elegeu-se com apenas 33% dos votos, enquanto Rossetto ultrapassou todas as previsões, chegando a 28%. Também a manutenção da bancada federal e a perda pequena na Assembleia demonstraram o enraizamento da esquerda no estado. Nessas condições, a ida da Frente Popular ao 2º turno constituiu-se numa vitória política, pois o massacre midiático objetivava uma derrota profunda da esquerda.

A recuperação do espaço político foi alentadora. Mesmo com uma campanha modesta, a militância foi voltando às ruas num ritmo contagiante. As caminhadas e comícios de Lula e Olívio foram emocionantes pela massividade e pela recuperação de uma identidade política que não conseguimos transmitir no 1º turno. A polarização dos debates, tanto no país como no Rio Grande do Sul, permitiram recuperar o diálogo e a relação com os movimentos sociais que estiveram constrangidos pela brutal propaganda anti-Lula e anti-PT.

A disputa aberta com os neoliberais demonstrou a necessidade da nossa organização política para a defesa dos interesses dos trabalhadores e pequenos produtores, e de um projeto nacional. Lula cresceu no 2o turno para quase 45% dos votos e Olívio chegou a 46%, ratificando a Frente Popular como uma alternativa concreta.

# A vitória do PT sobre os tucanos de papel

**Pará.** A derrota do neo-coronel mostra um PT mais forte pós-eleições.

Ana Júlia e o PT venceram a eleição do Pará contrariando todas as pesquisas e a expectativa da maioria da população do estado. De uma eleição dada como perdida até a vitória consagrada, passaram-se menos de três meses. O que ocorreu, afinal? A resposta não vem de truques de campanha, de maquiagem iluminada ou de campanha multimilionária. A resposta é clara: o povo disse não a um projeto baseado na concentração de riqueza, na redução ou terceirização dos serviços públicos essenciais como educação, saúde e segurança, e, é claro, disse sim à mudança.

Os tucanos governavam o Pará há 12 anos. Nesse período, fizeram algumas grandes obras na capital e na região metropolitana, e montaram um fabuloso esquema de propaganda que uniformizava e coesionava a elite e a grande maioria dos meios de comunicação de massa. Paralelo a isso, desmontavam a saúde e a educação públicas e esqueceram por completo da segurança pública.

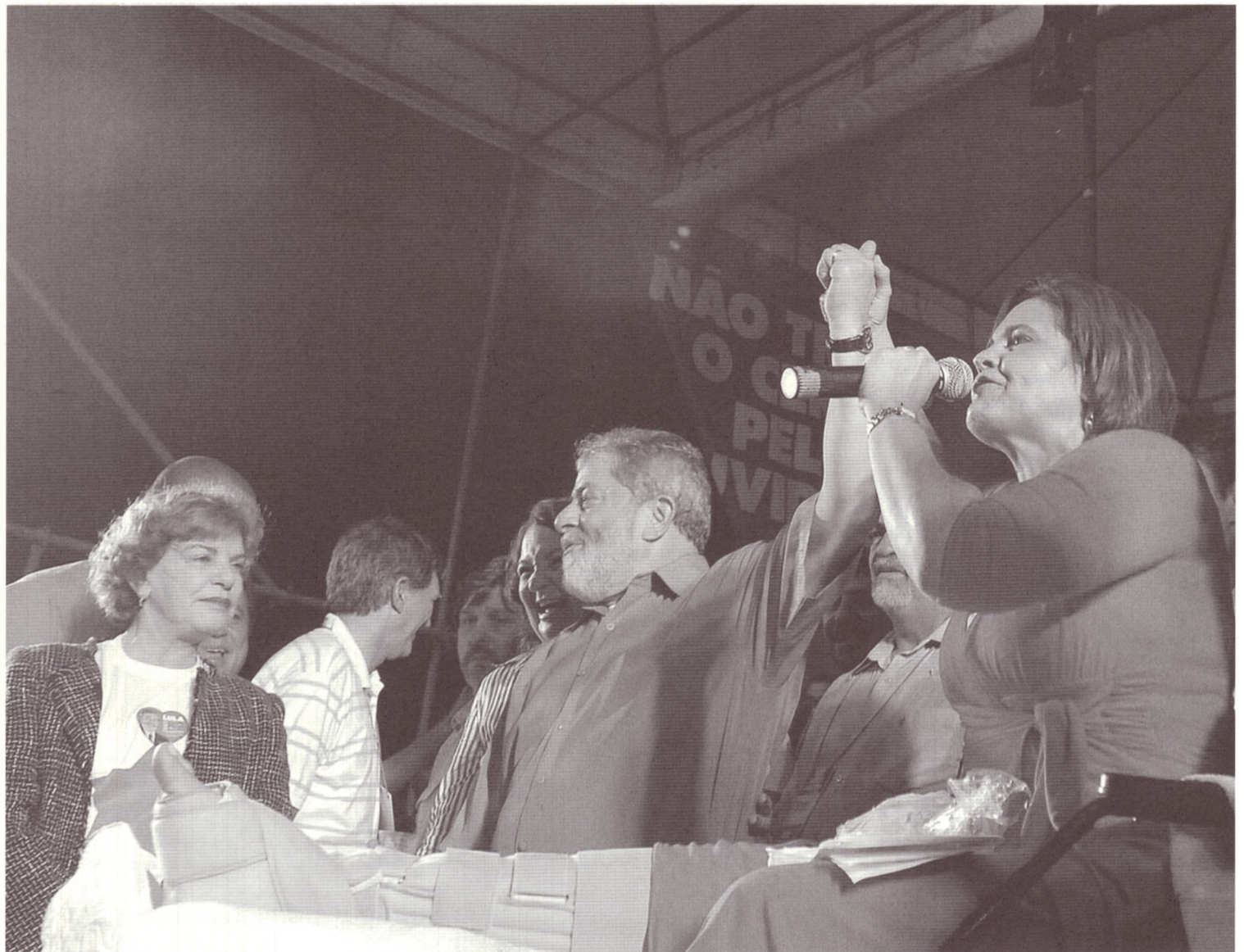
Mesmo assim, os governos do PSDB conseguiam impor-se politicamente, pois tinham larga maioria na assembléia e — é preciso reconhecer — nunca enfrentaram uma oposição firme e coerente que apresentasse um projeto alternativo de poder.

Já em 2002, o PT esteve muito próximo de vencer as eleições no Pará. Mas grande parte dos analistas atribuía aquele resultado à "onda vermelha" que elegeu Lula. Agora, quase todas as correntes políticas acreditavam numa vitória esmagadora do neo-coronel Almir Gabriel. Não foi o que ocorreu.

Baseada numa plataforma simples e clara de ampliação e democratização dos serviços públicos, de combate às privatizações e de investir pesado numa efetiva integração de todas as regiões, Ana Júlia e o PT obtiveram um resultado espetacular, uma vitória que despertou uma alegria e uma esperança do tamanho do Pará.

## Elementos da vitória

O resultado demonstra claramente alguns elementos que devem fazer parte de um balanço mais geral deste processo eleitoral no Pará e em todo o país. O primeiro deles é a potência das políticas sociais implementadas pelo governo Lula, principalmente no Norte e no Nordeste do país. O segundo elemento é o amadurecimento do eleitorado, que negava a propaganda enganosa e grandiloquente do PSDB, contrariava as pesquisas e exigia um governo do estado que investisse pesa-



Ricardo Stuckert

**Uma agenda de mudanças.** Desafios do novo governo são do tamanho da vitória.

do na melhoria concreta da vida do povo pobre. Ou seja: queria mais Estado, investindo em mais saúde, mais educação e garantindo mais segurança.

O terceiro elemento é a vitória do PT contra as políticas neoliberais implantadas no Pará na primeira eleição em que o partido se apresentou com uma plataforma clara. Plataforma que fazia um debate aberto inclusive sobre a necessidade de o partido alterar sua rota de envolvimento com o que há de

mais nefasto na política nacional que é a associação de setores partidários com esquemas de corrupção. O quarto elemento foi a noção clara da necessidade eleitoral de ampliar o leque de alianças ao centro, comandado por um programa marcadamente democrático, e com uma agenda de mudanças. O quinto elemento, mas não menos importante, foi a afirmação da potência do Partido dos Trabalhadores. A eleição de 2006 mostrou inequivocamen-

te que um projeto tão forte não pode ser abandonado de forma açodada por todos aqueles que o construíram ao longo de décadas. Sim, o PT saiu mais forte das eleições. E o fez derrotando o coronelismo nordestino e o neo-coronel do Norte.

Ana Júlia teve a coragem de enfrentar um processo eleitoral difícil e vencê-lo. Agora, terá o desafio de construir um governo capaz de dar vazão à toda a esperança despertada no povo paraense. Esperança que conta-

giu a população e se manifestou numa explosão de felicidade em todos os cantos do imenso Pará. E na agenda do governo da mudança, sem dúvida, estarão a garantia da participação popular efetiva, o fim do patrimonialismo, a ampliação dos serviços públicos e a busca de um desenvolvimento econômico que distribua renda e preserve as imensas riquezas naturais do estado. O desafio é do tamanho da vitória. Ana Júlia e o PT dão sinais de estarem preparados.

## Nuances estaduais da disputa eleitoral

**DF e AL.** Candidaturas petistas crescem, mas não vão ao segundo turno.

No Distrito Federal, a candidatura da companheira Arlete Sampaio surpreendeu, em alguma medida, o próprio PT, embora não tenha chegado ao segundo turno. O quadro já era bastante difícil e foi acentuado pelo fato do uso faccioso das pesquisas por parte da mídia — indicando uma intenção de voto na candidata do PT sempre sensivelmente deprimida, menor do que a que Arlete efetivamente conquistou nas urnas.

As dificuldades da campanha foram variadas. Como o PT entrou "retardatário" na disputa contra José Roberto Arruda (PFL), há quatro anos colocado como candidato, as condições de enfrentamento foram com-

prometidas. Outro problema foi o conjunto do partido não ter se envolvido na campanha majoritária.

Dessa forma, mesmo com o crescimento da candidatura Arlete, sentido pela militância nas ruas, a votação do PT diminuiu nestas eleições. A bancada petista distrital e federal diminuíram. Uma questão adicional às já colocadas, mas que conquistou certa importância no processo, foi o estouro do "escândalo do dossiê", na reta final da campanha de primeiro turno, que mobilizou boa parte da população, especialmente as classes médias, a reprovar o PT nas urnas.

Para Arlete, a despeito da derrota eleitoral, as condições

para construir vitórias futuras estão dadas: "Em Brasília, o PT sofreu uma derrota eleitoral, mas o segundo turno, a vitória de Lula e tudo o que acumulamos no primeiro turno, esse capital político pode ser apropriado pelo partido para se fortalecer e ir muito além daqui a quatro anos".

### Alagoas

A campanha do PT ao governo de Alagoas, com a candidatura de Lenilda Lima, avançou consideravelmente em relação à eleição estadual de 2002. O PT mais que dobrou a votação, chegando a 108 mil votos, o que representou mais de 8% dos votos válidos. Assim, o PT amplia seu espaço político no estado, e

a esquerda petista cresce dentro do partido.

A bancada estadual do PT alagoano, após 8 anos, passou de um para dois deputados. O segundo deputado estadual eleito era vereador em Maceió, o que abriu espaço para o companheiro Thomaz Beltrão, da Democracia Socialista, sair da suplência para assumir uma vaga na Câmara Municipal, como único vereador do PT na cidade.

A campanha de Lenilda, que é líder sindical da área da educação em Alagoas, foi marcada pelo enfrentamento aos usineiros, representados nas candidaturas de Teotônio Vilela, do PSDB (reeleito governador), e de João Lyra (PTB).

# No Sudeste, eleições difíceis

SP, Rio e Minas. A necessidade de se iniciar um novo curso à esquerda.

Em São Paulo, ao conquistar 48% do eleitorado no segundo turno, a campanha Lula recolocou o PT na disputa estadual e recuperou o "moral" do partido depois de um primeiro turno difícil, e marcado, em sua reta final, pela crise do "dossiê". Essa crise cortou a linha de crescimento da campanha ao governo estadual. De qualquer forma, o resultado numérico repetiu a votação obtida em 2002, acima dos 30%. Ainda assim, não é certo que o PT disputaria um segundo turno, como em 2002.

A campanha e o partido mergulharam numa crise política em cujo centro há a tradição "paulista" de subordinar o partido e sua direção à direção *de fato* da campanha. Essa tradição vem acompanhando o partido nas principais eleições no estado, não foi uma novidade apenas da última campanha. O PT, muito enraizado no estado, apesar força principal da campanha, torna-se coadjuvante.

Isso tem implicado na subestimação do nosso inimigo histórico, o PSDB, que atua como um grande partido. Também muito enraizado, estabeleceu uma rede poderosa de interesses comuns com a grande mídia e com as organizações empresariais. Como consequência, muitas vezes, a disputa fica esvaziada do seu conteúdo social e programático, e reduzida a um duelo entre candidatos. Desde 2000 – quando o PT experimentou um grande crescimento eleitoral –, está posta uma polarização com o PSDB que só pode ser vencida com uma estratégia elaborada, direções legítimas e de forma articulada com as forças sociais populares.

O profundo *eleitoralismo* vigente nos dois ramos principais em que se divide o antigo campo majoritário em São Paulo está em questão. Desse questionamento, espera-se que se ultrapasse a avaliação eleitoral e a luta entre candidaturas, e que se abra espaço para o debate de alternativas de construção partidária à altura da base social e do enraizamento do partido no estado.

## Rio de Janeiro

No Rio, a candidatura Vladimir Palmeira teve 7,7% dos votos válidos, e a candidatura de Jandira Feghali (PC do B) ao Senado perdeu na reta final, depois de liderar as pesquisas durante toda a campanha.

Muitos elementos justificam a baixa votação na candidatura do PT ao governo. A associação à candidatura Lula foi diluída pela existência de outros palanques: o do Bispo Crivella, de for-



A militância presente. Eleitores petistas em comício em Fortaleza.

## Vitória de grande porte no Ceará

Esquerda forte. Processo foi marcado por derrota contundente de Tasso Jereissati.

O fim da "era Tasso", no Ceará, é um desejo antigo da esquerda no estado. Em 2006, foi dado um grande passo rumo ao fim desse período, a partir da grande vitória da chapa que congregou as forças da esquerda no estado. A eleição de Cid Gomes para o governo e Inácio Arruda (PC do B) para o Senado, além de uma grande bancada de deputados estaduais e federais, traz um novo desafio, a partir de um novo patamar: transformar a vitória nas urnas em mobilização política e social, a fim de se criarem as condições indispensáveis para o êxito na tarefa de construção de um outro momento no Ceará (articulado com o processo em curso no país) e, de fato, a superação a "era Tasso".

O aprofundamento do deslocamento à esquerda do setor or-

ganizado por Ciro Gomes, em nível estadual e nacional, deu condições para a aliança que compôs a chapa vencedora. Esse movimento por parte desse setor, que se iniciou no pós 2002 e passou pela filiação ao PSB, e a aproximação com o PT no estado, deu contornos mais nítidos de que se consolidará o processo desejado por gerações de lutadores no Ceará: a superação concreta do neoliberalismo no estado.

Com privatizações, demissões, repressão aos movimentos sociais, o Ceará foi um dos primeiros estados do Brasil a dar sustentação e a aplicar a política neoliberal do PSDB. Para muitos, o desmonte do estado capitaneado por Tasso Jereissati (ex-governador, atual senador e presidente nacional da sigla tucana) serviu

de laboratório para o tucanato nacional em sua sanha privatista e destruidora de grande parte do nosso patrimônio público, durante os governos de FHC.

### Em busca da vitória definitiva

Sem luta social, mobilização, democratização do estado, participação popular e nitidez programática que aponte a superação do capitalismo, as movimentações políticas rumo à derrota definitiva de Tasso Jereissati não obterão êxito. Movimentações, mesmo que corretas, que não estiverem respaldadas em uma força concreta cairão na artificialidade de posições muito suscetíveis ao personalismo e ao movimento pendular conhecido na nossa política. Por isso, é preciso insistir, mais uma vez, naquela que foi

comprovadamente a saída fundamental nos momentos em que toda a elite se uniu contra o projeto de esquerda para o Brasil. É a força vital para aqueles e aquelas que, ousadamente, sonham em mudar o mundo: a força do povo, conclamada pela campanha de Lula à reeleição.

O balanço das eleições no Ceará, para a Democracia Socialista, foi bastante positivo. A indicação do companheiro professor Pinheiro (TM), bastante identificado com a gestão municipal (foi secretário municipal e líder da prefeitura na Câmara) para vice-governador e a eleição de Eudes Xavier deputado federal, mostram os acertos nesse período e abrem caminhos para o fortalecimento na necessária disputa de rumos da nova conjuntura.

ma direta, e o de Sérgio Cabral, de maneira subliminar. A divisão do PT também dificultou a campanha, tendo ficado evidente o pouco envolvimento por parte de setores derrotados na convenção do partido. O cerco da mídia e os índices das pesquisas, que jogavam a realidade da votação para baixo, também contribuíram para o mau resultado.

Porém, a campanha foi de mobilização da base do PT, com uma coligação de esquerda construída com PSB e PC do B, e boa performance do candidato petista na televisão e nos debates. De maneira que, mesmo com um quadro de derrota eleitoral, o partido saiu fortalecido

dessas eleições. A candidatura a governador levantou a autoestima da militância e a frente política construída retomou uma identidade de esquerda no estado.

As bases para uma recomposição do PT/RJ são mais favoráveis hoje do que eram ao final das eleições anteriores. Se o PT teve uma derrota eleitoral, não saiu desmoralizado. Voltou a ocupar o seu lugar na esquerda da sociedade fluminense.

### Minas

O que mais se destaca na eleição em Minas é a distância entre a votação em Lula e a que foi depositada para o candidato ao governo estadual, Nilmário

Miranda. Lula alcançou 51% no primeiro turno (tivemos para governador 22%) e 65% no segundo turno.

Para um partido bem implantado no estado, governando a capital, dispondo de uma grande bancada de parlamentares e forte tradição na disputa política estadual, essa desproporção entre a votação em Lula e a votação na alternativa estadual do partido deve remeter a profundos questionamentos sobre as opções políticas tomadas na história recente no estado.

Em relação à polémica aliança com Newton Cardoso (PMDB) – imposta pelo candidato a governador depois de ve-

tada pela maioria do diretório estadual –, que fez dele candidato ao Senado, ela reforçou a perda de identidade do PT e reduziu o empenho da militância. De outro lado, aparentemente, o governador reeleito com quase 80% dos votos goza de um quase-consenso no estado.

Por que o PT não foi capaz, através de sua representação pública no estado, fazer a crítica e propor alternativas ao ajuste fiscal, à ausência de políticas sociais distributivistas e ao consenso midiático e artificial em torno ao seu medíocre governo? Esses são alguns dos temas centrais no processo de balanço e construção de novas perspectivas para o PT em Minas.

# O PT e a força do povo

**Novos desafios.** Partido deve corresponder às expectativas que lhe deram nova oportunidade.

O PT sai das eleições tendo reforçado seu caráter de partido de base majoritariamente proletária e popular. O bom desempenho eleitoral (com a reeleição do presidente Lula e a conquista de importantes governos estaduais), o perfil dos votos no PT, bem como os rumos tomados pela campanha nacional, em especial, no segundo turno, desmentiram cabalmente as teses de que o PT teria mudado sua base social e de que não mais serviria para a luta dos trabalhadores e do povo.

Assim, o PT sai da disputa com novas possibilidades de se recolocar como partido socialista na sociedade brasileira. Ademais, a tentativa de uma alternativa à esquerda do PT, o PSOL, naufragou ao mostrar-se sectário, incapaz de combater a direita e, por isso mesmo, isolado dos movimentos sociais — como ficou demonstrado no 2o turno, quando a candidata Heloisa Helena exigiu neutralidade de seu partido. Importante ressaltar que vários dirigentes e parlamentares do PSOL manifestaram apoio a Lula.

Agora, há que se discutirem as perspectivas do segundo mandato presidencial. É preciso, também, retomar iniciativas na conjuntura, como a proposição da reforma política e sua votação imediata. O partido definiu, no seu 13º Encontro Nacional, suas diretrizes de programa de governo, e tem elaboração para propor e atuar por um conjunto de reformas sociais e econômicas. Além disso, deve discutir sua participação no governo, a conquista de novos governos estaduais, a atuação no congresso e a retomada das relações com os movimentos sociais e com a ampla base popular que depositou confiança no partido.

A mesma força popular que repõe o papel do PT na conjuntura, simultaneamente, coloca questões que remetem diretamente à identidade socialista do PT. O principal questionamento, de natureza ética, diz respeito aos objetivos da conquista de governos e de postos eletivos em geral. Trata-se de responder qual o projeto de poder do PT: um poder para somente ocupar espaços no aparelho de Estado burguês ou um poder popular para transformar a sociedade e ajudar a transformar o mundo.

A direita fez amplo uso dos questionamentos éticos ao PT e esse fato foi utilizado, não poucas vezes, no debates do



**13º ENPT.** Encontro retomou elaborações sobre tarefas na transformação social do Brasil.

## Com a força dos movimentos

**A partir de já.** Movimentos sociais mantêm mobilização por mudanças.

A presença da militância dos movimentos sociais, em especial, ao longo do segundo turno da campanha pela reeleição de Lula, foi decisiva para configurar o caráter popular e anti-neoliberal da candidatura. Está colocado, agora, o desafio de transformar a grandiosa vitória eleitoral em vitória política, conquistando respostas positivas para as reivindicações desses setores.

A primeira iniciativa, já em curso, é a construção de pautas e ações unitárias entre as principais entidades nacionais, como CUT, UNE, MST, Marcha Mundial das Mulheres e CMP (Central de Movimentos Populares). Na primeira plenária da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais)

ocorrida após a reeleição do presidente Lula, ficou evidente esse compromisso.

A CUT, única dentre as entidades nacionais a declarar apoio à reeleição desde o primeiro turno, possui uma responsabilidade central na agenda imediata. Para trabalhadores e trabalhadoras, o segundo mandato já começou, e as primeiras mobilizações já começaram a ser encaminhadas. As lutas pelo reajuste do salário mínimo e pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários prometem mobilizar os trabalhadores de todo o país para a primeira pressão popular pós-eleição: a III Marcha Nacional pela Valorização do Salá-

rio Mínimo e Redução da Jornada de Trabalho.

A participação de todas as centrais sindicais e de todos os movimentos organizados na CMS e na Assembléia Popular (impulsionada pelas pastorais sociais) nesse ato, que ocorre no dia 6 de dezembro em Brasília, anuncia qual será a postura dos movimentos populares e da classe trabalhadora organizada. Os objetivos são superar a postura de resistência, ao perceberem que é possível conquistar mudanças que democratizem o Estado (com participação popular), e avançar em reivindicações que apontem centralmente para a superação do neoliberalismo.

partido, para tentar reduzir a profundidade do problema em nosso meio e para conter as iniciativas de correção de rumos. O povo, em sua maioria, compreendeu que a corrupção no espaço público é uma criação da direita e que ela não tinha credibilidade para exercer essa cobrança. A base social do partido e a maioria dos seus militantes querem uma resposta da direção partidária acerca de desvios e desmandos, como demonstrou o 13º Encontro Nacional. Cabe a esta direção cumprir o mandato.

### Reconstrução socialista

A reconstrução como partido socialista recebeu um forte alento da base proletária e po-

popular que votou em Lula e no PT. Esse fato é extremamente promissor para os que pensam que um partido socialista não é uma agremiação de políticos profissionais com um projeto de poder "para si" (ainda que fazendo boas coisas para o povo) e que substitui o protagonismo popular.

O PT retomou, parcialmente, no 13º Encontro Nacional, a elaboração programática e a reflexão sobre as tarefas na transformação social brasileira. Foi um avanço em relação à situação anterior, mas para se colocar à altura de enfrentar o problema central — a superação do neoliberalismo —, são imprescindíveis novas conquistas programáticas. Afinal, qual a supe-

ração proposta? Qual a relação entre essa superação e a luta pela transição ao socialismo? Como se atualizam, nesse contexto, as reformas das instituições de poder e as reformas econômicas e sociais?

Outra questão é a organização partidária, tema remetido ao III Congresso partidário, convocado pelo 13º Encontro para 2007. Como pensar um partido democrático, militante, de massas, com um programa para o socialismo no século XXI?

### III Congresso

Do mesmo modo que o governo precisa concretizar uma plataforma e uma equipe dirigente que expressem o sentido popular e anti-neoliberal da vi-

tória, o partido terá que construir, a partir de agora (e não daqui a um ano), uma plataforma e uma direção coerentes com os novos desafios e possibilidades abertas pela vitória espetacular.

Para responder a estas questões fundamentais, é necessário um processo rico e concentrado de discussões e elaborações partidárias. A antecipação do III Congresso para o primeiro semestre de 2007 é correta e oportuna. O calor da celebração da vitória, a polarização política e social do 2º turno — com a reconstrução do campo democrático e popular —, os compromissos do novo mandato, o avanço da Revolução Democrática contribuem para a recuperação da identidade socialista do PT, para a elaboração programática e para a democratização das suas estruturas.

Estes debates devem começar agora e tomar todo o 1o semestre de 2007. Um debate interno no PT, mas também do PT com os outros partidos de esquerda, com a intelectualidade crítica, com os movimentos sociais, com diferentes interlocutores que querem realizar a extraordinária tarefa de fazer deste país uma nação justa, soberana, democrática e socialista.

O III Congresso, com poder de alterar o estatuto partidário, dentre outras modificações, convocaria a renovação de todas as direções partidárias para o segundo semestre de 2007 com a realização do Processo de Eleições Diretas (PED).

# O Império encolhe

**Fora da ordem.** Eleições nos EUA e Nicarágua expressam crise do imperialismo.

Ocorridas quase ao mesmo tempo, as recentes eleições legislativas nos Estados Unidos e gerais na Nicarágua expressaram a crise da estratégia do governo estadunidense e o caráter ainda ambíguo de uma conjuntura internacional no momento em que o imperialismo dominante perde sua capacidade de iniciativa.

Os candidatos do Partido Republicano perderam porque a campanha dos candidatos do Partido Democrata os acusara de terem apoiado incondicionalmente a estratégia militarista de Bush no Iraque. E se, ao longo desses três anos, os Democratas também não ofereceram resistência (e vários foram entusiastas da guerra), os Republicanos, por sua vez, não podiam, na campanha eleitoral, acusá-los desse "pecado".

A rejeição popular à política externa do Bush não abriu passo a outra política externa – porque não há. A solução do impasse não é simples, porque, tendo chegado aonde chegou o imperialismo americano – a sobre-extensão de sua presença e atuação militarista unilateral no mundo –, tentar recuos agora, de regiões conflagradas onde não conseguiu firmar seu projeto hegemônico, isso será visto nos termos que foi a retirada do Vietnã no início dos anos 1970: a confissão de sua derrota.

## Nicarágua

Hoje, a Nicarágua é o segundo país mais pobre da América Latina, atrás apenas do Haiti. Em 1979, triunfou lá uma revolução popular liderada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Na década seguinte, a economia do país foi destruída pelo cerco imposto pelos Estados Unidos e a atuação em todas as fronteiras de grupos contra-revolucionários financiados e dirigidos pela CIA. A eleição convocada para



**16 anos depois.** Ortega vence as eleições na Nicarágua afirmando aliança regional.

1990 foi perdida pelos sandinistas devido à chantagem do governo dos Estados Unidos sobre um povo cansado. Nas duas seguintes eleições, o resultado foi similar.

Passados 16 anos, o argumento imperial perdeu força num momento em que a conjuntura nacional impediu a continuidade do malefício. O governo Bush, através de sua embaixada em Manágua, e do envio de emissários – os mesmos personagens que operaram a guerra suja nos anos 1980 –, tentou reeditar o feito, sem sucesso.

Mas também, agora era mais difícil, porque a direita estava dividida em duas candidaturas igualmente fortes. Dessa forma, apesar de ter surgido uma dissidência no sandinismo, o candidato (como nas vezes anteriores) da FSLN, Daniel Ortega, obteve 38% dos votos, suficiente para levar no primeiro turno.

É verdade que a FSLN e o Ortega de 2006 são uma pálida lembrança do que foram até 1990. Acumularam perda de identidade programática, casos de corrupção, aumento do autoritarismo interno no partido, acordos espúrios com partidos da direita e, em nome da "reconciliação nacional", incorporaram na sua coligação membros importantes da contra-revolução dos anos 1980. Pior, sem maioria no parlamento, serão obrigados a novos acordos com setores conservadores. O que viu Bush de tão ruim, então, nessa opção? A resposta é simples: Ortega chegou à presidência afirmando explicitamente sua aliança regional com Chávez e Fidel. Será o primeiro governo não alinhado com os EUA em toda América Central.

Essas eleições expressaram, assim, uma crise do projeto imperialista, num patamar novo

que ainda não tínhamos assistido na "era Bush". É "novo" porque combina uma dimensão interna aos crescentes problemas que tem na esfera internacional.

## Outra América Latina

O segundo mandato de Lula e a iminente reeleição de Chávez na Venezuela compõem outra dimensão desse novo cenário: o ensaio de uma alternativa regional ao projeto imperialista para a região. É interessante notar que o tema da Alca (principal iniciativa dos EUA no continente) tenha sido pauta na disputa entre Lula (contra) e Alckmin (a favor). Esses resultados eleitorais são fundamentais porque somente com a união de países do porte de Brasil, Venezuela e Argentina, que combinam alguma capacidade industrial, tecnológica, energética e financeira, é possível pensar em projetos nacionais e regionais que se

afastem da dominação imperialista (uma pequena amostra do que pode ser a pressão imperialista sobre os países latinos foi o recente veto dos EUA a que a empresa brasileira Embraer vendesse aviões à Venezuela; veto que foi possível porque essa empresa utiliza tecnologia estadunidense).

Nos dias 8 e 9 de dezembro, acontecerá em Cochabamba, na Bolívia, a Cúpula Presidencial da Comunidade Sul-Americana de Nações, a principal aposta para a constituição de um pólo econômico e político. Da capacidade que tenham os países com governos progressistas ou que rejeitam a estratégia estadunidense (Venezuela, Bolívia, Brasil, Uruguai, Argentina) de lançar as bases para um projeto regional consistente dependerá que a disputa com o projeto imposto pelos EUA avance na região.

## A caminho de Cochabamba

**Integração dos povos.** Cúpula social espera reunir 5 mil delegados na Bolívia.

Nos dias 6 a 9 de dezembro próximo, acontecerá, em Cochabamba, Bolívia, a Cúpula Social pela Integração dos Povos, convocada pela Aliança Social Continental e o Movimento Boliviano pela Soberania e a Integração Solidária. Os organizadores esperam reunir cerca de 5 mil delegados e delegadas de todas as Américas para debater o processo de integração regional que também estará em pauta numa Cúpula Presidencial nos dias 8 e 9.

A diferença desta para outras oportunidades, é que, desta vez, há uma grande expectativa por parte dos movimentos sociais. Isso porque tem havido intensa atuação por parte do governo boliviano (com grande parceria com países como Venezuela e Brasil) no sentido de que, em Cochabamba, consiga-se avançar em uma integração regional capaz de desafiar a dominação imperialista na região.

Por outro lado, se, entre os 12 países envolvidos, há cinco

claramente comprometidos com essa meta (além do anfitrião: Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai), estarão presentes à mesa também o principal aliado de Bush na região (Colômbia) e o país que foi mais longe na sua inserção liberal no mercado mundial (Chile). A disputa acontece em torno a qual será o "pólo dinâmico" na região, se aquele que optou pela sua submissão aos acordos de livre comércio (Chile, Colômbia, Peru) ou aquele que busca

um desenvolvimento autônomo (os cinco antes citados).

Do rumo que tome essa disputa dependerão as feições políticas regionais que a América do Sul haverá de assumir: se de espaço tomado pela hegemonia estadunidense ou de bloco capaz de fazer o contraponto às pretensões dos Estados Unidos. Num momento em que "o império encolhe", trata-se de uma batalha decisiva para o futuro das lutas por libertação. Daí a importância de não deixar

a disputa apenas no terreno das relações entre governos da América do Sul.

Construir desde as sociedades uma visão e uma proposta de uma integração alternativa à que tem tratado de nos impor o imperialismo estadunidense será tão importante para avançar na Comunidade Sul-Americana de Nações como foi o engajamento e mobilização de amplos setores sociais para derrotar a Alca em 2002-4.